

Parte II — Narrativas sobre populações vulnerabilizadas

13. Narrativas sobre a Covid-19 na vida de mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha: estratégias contracolonizadoras de luta e (re)existência

Polyana Aparecida Valente
Brunah Schall
Agda Marina F. Moreira
Sanete Esteves de Souza

Maria Aparecida Nunes Silva
Maria Aparecida Machado Silva
Roberta Gondim de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

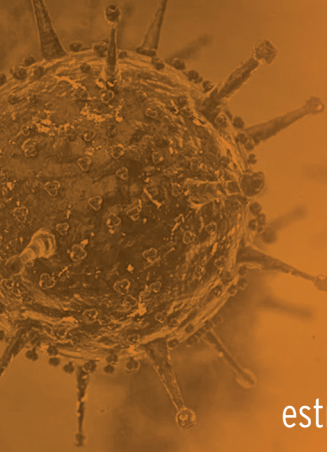
VALENTE, P.A., SCHALL, B., MOREIRA, A.M.F., SOUZA, S.E., SILVA, M.A.N., SILVA, M.A.M, and OLIVEIRA, R.G. Narrativas sobre a Covid-19 na vida de mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha: estratégias contracolonizadoras de luta e (re)existência. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 171-180. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0014>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Narrativas sobre a Covid-19 na Vida de Mulheres Quilombolas do Vale do Jequitinhonha estratégias contracolonizadoras de luta e (re)existência

*Polyana Aparecida Valente, Brunah Schall, Agda Marina F. Moreira,
Sanete Esteves de Souza, Maria Aparecida Nunes Silva,
Maria Aparecida Machado Silva e Roberta Gondim de Oliveira*

Em contraposição à narrativa de que a Covid-19 seria uma doença “democrática” e afetaria a todos igualmente, Elaine Nascimento, do Comitê de Gênero e Raça da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), afirma, em entrevista na *Radis Comunicação e Saúde*: “A pandemia tem cor e gênero”. Sua fala ecoa publicações do Observatório Covid-19 da Fiocruz sobre os impactos sociais da pandemia, que trazem especificidades relacionadas ao território das favelas, aos indígenas e ao gênero. Há uma lacuna, entretanto, em relação a um grupo específico: as mulheres quilombolas.

Os *remanescentes de quilombos* foram reconhecidos como sujeitos de direitos somente a partir da Constituição de 1988, quando desigualdades raciais históricas, que ainda reverberam, foram trazidas à tona. Apesar do avanço constitucional, a exclusão de direitos permanece, particularmente para as mulheres. Durante séculos, as mulheres negras trabalharam nas lavouras como escravas ou nas ruas como vendedoras, quituteiras e prostitutas, ignoradas pelo sistema de saúde e pela sociedade como um todo (Carneiro, 2005). Assim, afirma Gonzalez (1982), ser mulher e negra no Brasil é ser objeto de tríplice discriminação, já que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo as colocam num nível de grande opressão. Questionamos essa condição subalterna imposta às mulheres negras, em diálogo com as intelectuais negras Lélia Gonzalez (1982, 1981), Maria Beatriz do Nascimento (1976, 1985), Sueli Carneiro (2003) e Jurema Werneck (2016) e com as experiências de mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha, para contar sobre os impactos da Covid-19.

Para isso, problematizamos os conceitos de quilombismo e mulheres quilombolas, e analisamos dados (ou a ausência deles) acerca dos impactos da pandemia sobre as mulheres quilombolas. Finalmente, a partir de visita ao Vale do Jequitinhonha, conversas realizadas via WhatsApp e textos elaborados pelas quilombolas Sanete Esteves de Souza, Maria Aparecida Nunes Silva (Nenga) e Maria Aparecida Machado Silva (Cida), construímos uma narrativa coletiva sobre os impactos da Covid-19 no cotidiano das mulheres quilombolas dessa região no ano de 2020.

Alicerçado nas reflexões produzidas por Sanete, Nenga e Cida, vocalizadas a partir do condizente sentido de “nós por nós”, e reconhecendo a importância da história oral, propomos, ao nos inscrevermos numa produção de viés acadêmico, tradicionalmente pautada por narrativas escritas, contribuir com o esforço de reverberar outra tradição, a oralidade, própria de cosmogonias não eurocêntricas e colonialmente subalternizadas, naquilo que Carneiro (2005) denomina de epistemicídio.

QUILOMBISMO E MULHERES QUILOMBOLAS

Vários autores se debruçam conceitualmente sobre o quilombo, dos quais destacamos Bispo (2015), Gomes (2015), Gonzalez (1982) e Nascimento (1985). Trata-se de um conceito dinâmico, com expressões distintas no tempo e no espaço. Para Nascimento (1985), no final do século XIX o quilombo significa instrumento ideológico contra as formas de opressão e alimenta o sonho de liberdade. Marcadamente, nos anos 1970, foi a retórica do quilombo como sistema alternativo que serviu de símbolo principal para a trajetória do movimento negro brasileiro. É nesse momento que o quilombo reage ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um novo modelo brasileiro de vida, capaz de reforçar a identidade étnica, e passa a ser sinônimo de povo negro e esperança de uma sociedade melhor (Nascimento, 1985). Para Gonzalez, no quilombo ou fora dele,

é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, quem, ao nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência transmitem-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo povo. (Gonzalez, 1982: 104)

Segundo essa autora, é fundamental conhecer as trajetórias das mulheres quilombolas, seja no passado, seja nos dias atuais. Em suas palavras, “a mulher negra tem sido uma quilombola exatamente porque, graças a ela, podemos dizer que a identidade cultural brasileira passa pelo negro” (Gonzalez, 1981: 4) e se mantêm vivos o espírito e a ação antiescravista, anticolonialista e antirracista.

MULHERES QUILOMBOLAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Fizemos uma revisão exploratória no Google acadêmico usando as palavras-chave “mulheres negras” e “Covid-19”, e a maior parte dos resultados aborda a questão da raça, sem o elemento gênero. São análises importantes que denunciam e atravessam esses temas, mas de forma generalizante. Com o filtro “mulheres quilombolas” e “Covid-19” os fossos se mostram maiores. É ponto comum o destaque sobre a incipiência de dados relacionados a raça/cor, além da constatação de não estarem presentes nas normas, políticas públicas e boletins epidemiológicos. Além disso, é recorrente a referência ao conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2018), que diz respeito às formas pelas quais o Estado subjuga populações inteiras relegando-as à condição de “mortos-vivos”, corpos objetificados, destituídos de humanidade, e, portanto, passíveis de deixar morrer ou matar.

As mulheres quilombolas são, em geral, relacionadas com outras comunidades vulnerabilizadas, especialmente as indígenas, o que faz com que questões estruturais e comuns entre esses grupos levem à perda de suas dimensões particulares. Destacam-se os efeitos colaterais da pandemia: desemprego; preocupação com idosos e crianças; sobrecarga de trabalho doméstico; transporte precário; acesso difícil a serviços básicos e a insuficiente estrutura de saúde pública.

Na esfera legislativa, em abril foi apresentado à Câmara dos Deputados o projeto de lei 2.160/2020 (Brasil, 2020a), em defesa das comunidades quilombolas. Este foi anexado a outro projeto, referente às comunidades indígenas (PL 1.142/2020, Brasil, 2020b) e transformado na lei ordinária 14.021/2020 (Brasil, 2020c), a qual sofreu diversos vetos do presidente da República. Diante da falta de ações significativas para implementar a lei, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) protocolou em setembro no Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental (ADPF) n. 742 (Brasil, 2020d).

Devido ao silêncio estatal, as comunidades quilombolas propõem respostas aos impactos da Covid-19 localmente. Como discutem Oliveira e colaboradoras (2020: 10), há uma noção de “nós por nós” nessas iniciativas, que evidenciam uma inversão: “o problema do racismo não é localizado e discutido na sua origem, onde efetivamente é produzido, e sim na sua consequência, ou seja, em vidas racializadas”. Das iniciativas, destacamos a atuação da Conaq, que, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), criou o Observatório da Covid-19 nos Quilombos. As informações sobre os casos quilombolas advêm do monitoramento desenvolvido pela Conaq.

Assim, diante da falta de dados e estudos sobre raça, quilombolas e lideranças femininas, mas fundamentalmente por entendermos a importância de análises situadas e encarnadas, procuramos aqui aprofundar esses temas, com a parceria de lideranças quilombolas do Vale do Jequitinhonha, a partir de seus olhares e da sua vocalização sobre seus atravessamentos, estratégias de resistência, luta e produção de futuro.

MULHERES QUILOMBOLAS EM PRIMEIRA PESSOA

O Vale do Jequitinhonha, conhecido como Vale da Pobreza, é uma região localizada no norte de Minas Gerais, predominantemente rural, de clima quente e seco, que concentra inúmeras vulnerabilidades socioeconômicas, fruto dos impactos ambientais da expansão da monocultura de eucalipto que afeta a bacia hidrográfica na região, além do descaso político no tocante ao desenvolvimento local. As reflexões aqui apresentadas são resultado de uma viagem realizada entre os dias 14 e 17 de outubro de 2020 a comunidades quilombolas dessa região e da produção conjunta com lideranças femininas de associações quilombolas: Sanete Esteves de Souza, da comunidade Mocó dos Pretos, em Berilo; Maria Aparecida Nunes Silva (Nenga), da comunidade Córrego do Narciso, em Araçuaí; e Maria Aparecida Machado Silva (Cida), da comunidade Córrego do Rocha, em Chapada do Norte.

No contexto da pandemia, a principal demanda das quilombolas dessa região é o acesso à água. Essa demanda historicamente negligenciada se tornou maior durante a pandemia devido à necessidade de água para a prevenção da contaminação pelo vírus. As lideranças quilombolas se articularam para suprir as demandas mais urgentes ligadas à pandemia: arrecadaram e distribuíram cestas básicas, kits de higiene e máscaras. O álcool em gel foi particularmente importante para a higienização quando a falta de água se tornou mais crítica. Diante dessa situação, demandou-se ao poder público uma solução rápida, porém muitas famílias ficaram mais de 15 dias sem água, e aquelas que conseguiram ter acesso à água trazida em caminhão-pipa tiveram que, em alguns casos, pagar pelo caminhão ou para abrir as estradas para que este pudesse passar. Assim, muitas famílias, para sobreviver, tiveram que contar com a escassa e suja água da chuva, reservada em cisternas de captação.

COTAS É SÓ PARA EQUIPARAR AS PERDAS DOS SÉCULOS

Eu sou Sanete Esteves de Souza, da Comunidade Mocó dos Pretos, em Berilo, Minas Gerais, tenho 47 anos, moro nessa comunidade há 25 anos. Eu sou mãe de 16 filhos, 12 deles vivos, e 11 netos. Desde 2003 passei a entender na verdade quem eu sou, quando o Projeto Brasil Quilombola foi lançado e aí comecei a entender as tradições

que a gente tem até hoje e também as muitas dificuldades que a gente passou e passa até hoje. Com o tempo eu fui me identificando, sabendo das histórias dos meus bisavós, tataravós, minha avó, e aí só a partir de 2003 que eu tive de fato a consciência, a compreensão do porquê ter passado por tudo que passei. Eu ao menos estudei, assim descalça, sem chinelo, meu pai nem isso, não estudou, minha avó nem nunca votou. Descobri depois de muito tempo que o meu bisavô era escravo fujão, ele se libertou sozinho, quando foge se está libertando sozinho, e muita gente passou por muita coisa, morreu muita gente.

Uma das dificuldades que a gente tem, que a culpa é do ser humano, é que todo mundo produzia, hoje não produz porque a chuva já não vem mais como vinha antes, as terras eram mais bem cuidadas, mais preservadas e elas davam mais, porque estavam fortificadas para isso. Não produzindo para nós mesmos, a gente precisa buscar na cidade, e como não tem emprego para todo mundo, muita gente sai para fora. Por exemplo, esse ano eu fui para o café [no Estado de São Paulo], porque todo mundo parado com a pandemia em casa, o custo que eu precisava para sobreviver aumentou muito. E aí quando vem ajuda do município, são escolhidas pessoas para serem ajudadas. Então a dificuldade está em que você não tem mais o que fazer, se você está na roça, você vai lá e planta, mas se não dá, você passa a ter necessidade de quem pode te ajudar e não te ajuda.

E aí tem a questão da água também, que é muito complicado. Não temos água aqui em barragem, não temos outra fonte de água, eu tenho que ir no rio Araçuaí em Berilo para lavar roupa, se eu fico oito dias sem água, onde que eu ponho oito dias de roupa de todo mundo nessa casa? Aí eu pago um táxi, levo quatro, cinco sacos de roupa para lavar tudo em um dia só, além da exposição nesse sol.

Na situação da saúde, no geral muito ruim. As pessoas estão internando pessoas no hospital e tem que comprar remédio pela internet, que tem que tomar internada no hospital. E aí, sorte daquele que tem o dinheiro para comprar e levar, e quem não tem o dinheiro? Doente tem que ir para cidade, tem que chamar táxi. Às vezes a ambulância está funcionando, mas fica mais quebrado no pátio do que consertado.

Berilo, acredito que seja o município que tem o maior número de comunidades quilombolas. Apesar de que a maioria desses quilombolas nem se autorreconhece, aceitam se você falar com eles, mas não sentem que são. Por quê? Porque me tornei quilombola, me reconheci, me achei como quilombola, porque você não vira, você sempre é, você só não tinha se achado. Mas e daí, o que que mudou? As pessoas vão dizer “você acham que vocês são diferentes porque vocês são quilombolas”. Como ser preto era vergonha, ser quilombola também não está sendo esse ápice que está te levando muito. Eles não entenderam ainda, como não entendem que as cotas é só para equiparar as perdas dos séculos, para a gente alcançar, ter as

mesmas oportunidades, eles não entendem isso ainda. Eu estou quilombola, estou, mas o que mudou a minha vida? Continuo sem água, continuo pisando na poeira, continuo tendo que correr atrás do meu sustento, continuo sabendo que ganhei mais um direito, para ser simplesmente lesado por todos. E aí falar sobre racismo institucional é muito válido, necessário. Continuam racistas, continuam, mas eles não conseguiram maquiá-lo? Que eles maquiem então todas as situações, porque eles não maquiando, uma hora a maquiagem acabou, e a gente prevalece.

ÁGUA É VIDA!

Meu nome é Maria Aparecida Nunes Silva, tenho 46 anos e moro na comunidade Córrego do Narciso, em Araçuaí, MG. Para mim, ser mulher quilombola é ser forte, guerreira, resistente, saber orações de benzimento e das medicinas caseiras. É também ser uma mulher produtiva em todos os sentidos, organizada pelos seus compromissos, saber das culturas, dos seus direitos, ser forte na caminhada, não ter medo de enfrentar os desafios, não ter vergonha de passar por suas necessidades e honrar sua cor, ser batalhadora e firme.

Entendo que a vida no quilombo se conecta aos nossos antepassados e nossas raízes, que foram escravizados e trabalhavam muito e ganhavam pouco, eram muito judiados pelos fazendeiros, eles trabalhavam praticamente em troca de alimentação, alguns fazendeiros até batiam neles. Meu pai contava que apanhou muito, meus avós também me contavam muitas histórias chocantes que me deixa muito triste, foi uma vida sofrida. Eles contavam que passaram até pela senzala, e por incrível que pareça, até hoje, nós da nova geração somos muito discriminados por falta de conhecimento, principalmente por ser negro, quando nós chegamos em alguns lugares somos mal recebidos quando falamos que somos quilombolas. Muitos não ouvem nosso apelo por direito, somos excluídos, nossos direitos continuam negados, mas nós somos muito insistentes pelos nossos direitos, sempre unidos para enfrentar nossas batalhas, que são muitas. Definimos que quilombo passa pela busca de certos traços em comum, também nossas culturas que não podemos deixar morrer, que essa herança possa reinar para sempre e nunca vamos desistir e nem desanimar com os nossos sofrimentos do dia a dia. Ser quilombola e negro é uma honra muito grande para nós.

Pensando na pandemia, é uma situação muito complicada para nós, temos problemas com o serviço de abastecimento de água, transporte, saúde. Sem poder sair de casa, foi um impacto muito grande para nossa comunidade, pois os alimentos têm que ser muito bem lavados e temos o problema gravíssimo da falta de água. Agendamos o caminhão-pipa, mas tem muita demora para nos atender, inclusive minha caixa de captação de chuva está seca há mais de 25 dias.

Perto da comunidade há uma barragem chamada Calhauzinho. No local dessa barragem onde o córrego do Narciso está quase de encontro com o córrego Tesoura nós estamos querendo que puxem de lá água para a comunidade, que não está tão longe, não é difícil de fazer, o que está faltando é vontade, porque já tem mais de vinte anos que nós levamos essa luta, correndo atrás, cobrando e até hoje eles não canalizaram essa água. O que a comunidade quer é que realize esse sonho, o que a gente precisa de verdade é puxar essa água daqui para a comunidade, para que nós possamos usar essa água para fazer uma plantação, porque nós já temos a caixa de captação de chuva, mas quando chega em uma época dessa, em setembro, outubro, começa já a falta d'água, inclusive eu acredito que está sendo geral para todo mundo, que a chuva está muito pouca. Nós precisamos de água, água é vida. A respeito do transporte, temos um ônibus que vai para Araçuaí, ele circula na comunidade quatro vezes por semana, porém tem a quantidade limitada de pessoas, temos que sentar distante um do outro, se completa a quantidade, o restante tem que fretar o carro e pagar R\$ 120 a R\$ 150 para levar até a cidade. Até o momento tivemos só doações de cestas básicas e temos muitos moradores que sobrevivem de trabalho braçal, ganhando de R\$ 40 a R\$ 50 por dia, isso quando acha serviço, tudo ficou difícil.

Quando precisamos fazer uma consulta, vamos ao PSF (Programa Saúde da Família) que fica na Comunidade Baixa Quente, há cerca de 12 km. Quando a gente tem que fazer um exame ou comprar um remédio, temos que ir até a cidade de Araçuaí, a cerca de 24 km. Nós queríamos que tivesse um atendimento médico aqui na comunidade, não vou dizer todos os dias, mas pelo menos duas vezes por semana.

A GENTE É DESAFIADA TRINTA VEZES MAIS POR SER MULHER NEGRA QUILOMBOLA

Eu sou Maria Aparecida Machado Silva, tenho 45 anos e três filhos. Vivo na comunidade quilombola do Córrego do Rocha, em Chapada do Norte, MÇ. Estou aqui nesse fim de mundo, mas aqui é o meu lugar onde nasci e me criei e estou muito grata por participar dessa mobilização, gostaria que fosse por um motivo alegre, e não pelas nossas carências, mas como a falta de água aperta, vamos lá. Aqui, para nós, a falta de água é total desde 2018, quando a prefeitura veio e a gente estava na luta para que ligasse a bomba para abastecer as famílias, como já era rotineiro. Só que a água não chegava para as famílias, com isso a bomba chegou a estragar. Já enfrentamos muita coisa e esse é mais um desafio, somos unidos para isso, estamos recorrendo o máximo que podemos. Denunciamos ao Ministério Público da comarca, estadual e federal, com ajuda de pessoas de fora, já que a gente não tem tanto conhecimento e é isso que nos dá estímulo e esperança para continuar a luta. Sinceramente, eu tenho vários sentimentos ao mesmo tempo,

às vezes eu me sinto impotente, às vezes eu me sinto mais forte para continuar, às vezes me emociono, a gente fica triste. A gente luta muito, muito mesmo, porque a gente tem filhos, alguns têm netos e é em honra dessa primeira geração, porque se nós temos tanta resistência, os nossos pais passaram por muita coisa, os nossos ancestrais lá atrás foram escravizados, chicoteados mesmo, nós não passamos por esse chicote, mas isso que está acontecendo com a gente é uma escravidão, uma escravidão moderna, mas é porque isso não é nada mais nada menos do que o racismo institucional.

Eu entendo o quilombo como um grupo familiar em locais de difícil acesso inclusive, porque na época que se formaram os quilombos, eles recuaram, corriam de algo que os prejudicava e localizavam em locais de difícil acesso para não ser encontrado, só que são lugares maravilhosos, com famílias agrupadas e que zelam pelo comum e pelas nossas tradições, culinária e hábitos, danças, crenças, ou seja, a nossa identidade e os nossos hábitos diferentes de viver. Ser uma mulher quilombola é ser aguerrida, resistente, mas ao mesmo tempo ter muita experiência e zelo. Ser mulher quilombola é muito desafiante, tudo para a gente chega por último, principalmente em questão de direitos, pois existe essa história de que negro aguenta esperar mais tempo e que para o negro qualquer coisa serve, entendeu? Mas a gente não desiste, somos resistência.

A pandemia na vida das mulheres quilombolas veio para privá-las de muita coisa, por exemplo, os encontros, inclusive os cultos e missas, foi um empecilho para os grupos culturais. A pandemia veio dificultar também a nossa vida na questão dos trabalhos, a falta do abraço, do contato físico, do olho no olho. Apagaram indiretamente o nosso sorriso, que é maravilhoso, mas mesmo debaixo da máscara a gente não perde a alegria de viver, mesmo com tantos desafios. Eu já ouvi dizer e eu acredito nisso, ser mulher é ser desafiada dez vezes, ser negra são mais dez desafios, ser quilombola são mais dez, então a gente é desafiada trinta vezes mais por ser mulher negra quilombola. Essa pandemia trouxe mais esse impedimento, mas também a gente encontrou muita força para lutar e para resistir, porque também somos um símbolo muito forte de resistência.

CONFLUÊNCIAS ENTRE NÓS E OS OUTROS, REPENSANDO EPISTEMOLOGIAS...

Reconhecemos que é impossível descrever em um texto a experiência de ser mulher quilombola, estar na luta diária pelo território, pelo acesso a direitos e pela promoção de efetiva igualdade racial. Esse desafio nos instiga a um novo olhar, uma forma não extrativista de produzir conhecimento, na qual o outro deixa de ser objeto de observação para ser narrador, produtor de saberes, pensando que os “diversos devem confluenciar, sem sobreposições”, como bem afirma a pesquisadora quilombola Ana Mumbuca (Silva, 2019: 19).

No início da pandemia, era comum ver na mídia as desigualdades e dificuldades identificadas na população negra brasileira em contexto urbano, sobretudo aquela residente nas periferias. Contudo, parte significativa da população do campo encontra-se à margem das políticas de assistência, das pesquisas, das redes de apoio, e não foi diferente com as comunidades quilombolas. Tal desigualdade se tornou mais evidente: enquanto se falava de leitos de UTI, melhoria do atendimento, efetivo médico e testagem, as comunidades quilombolas buscavam superar a profunda desigualdade no acesso ao recurso mais fundamental para a vida e o cuidado com a saúde, a água, como bem colocaram Sanete, Nenga e Cida.

Diante da falta de resposta do Estado às suas demandas, as comunidades que chamamos de vulnerabilizadas são mais eficientes em produzir formas de lidar com a doença e seus efeitos, construindo relações de cuidado e solidariedade. Portanto, não podemos nos concentrar em respostas únicas, é preciso olhar para a diversidade de estratégias. Nas reflexões sobre a Covid-19, observamos que há imposições a respeito de como esta deve ser pensada e de quem são as pessoas que podem lhe apresentar respostas. Vemos essas disputas políticas e institucionais, com as agências financiadoras de pesquisas, maior parte delas europeias e estadunidenses, atualizando a colonialidade (Quijano, 2010).

Por isso é importante descolarmos os olhares das respostas homogeneizantes e mirar nas estratégias locais, especialmente dos grupos que não podem esperar resposta de governos que atuam no modo necropolítico. Há que se pensar em estratégias históricas contra toda a violência que o colonialismo sempre impôs a essa população. Sempre lutar contra a produção do “não ser” (Fanon, 2008), para continuar existindo. Enfim, encontrar caminhos, inventar formas de se manter vivo com alegria e fé.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Projeto de Lei n. 1.142, de 27 mar. 2020a. Transformado na Lei Ordinária 14.021/2020. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242218>. Acesso em: 7 dez. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.160, de 24 abr. 2020b. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2250560>. Acesso em: 7 dez. 2020.

BRASIL. Lei ordinária n. 14.021, de 7 jul. 2020c. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid 19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14021.htm>. Acesso em: 7 dez. 2020.

BRASIL. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 742, de 10 set. 2020d. *Portal STF*, Brasília. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6001379>>. Acesso em: 7 dez. 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49): 117-132, 2003.

CARNEIRO, S. *A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser*, 2005. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

GOMES, F. D. S. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONZALEZ, L. Mulher negra, essa quilombola. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 nov. 1981. Folhetim.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. T. (Org.). *O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1976.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra*, 6-7: 41-49, 1985.

OLIVEIRA, R. G. et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a Covid-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(9): 1-14, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S. & MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. C. M. D. *Uma Escrita ContracoloniaLista do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO*, 2019. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3): 535-549, 2016.